

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E TRAJETOS/FE-UNICAMP

Neusa Maria Mendes de Gusmão
Faculdade de Educação UNICAMP

Em outro artigo¹, aponte para o desafio representado pelo encontro entre áreas diversas do conhecimento, e mesmo entre campos cuja natureza se afasta em termos de teoria e prática, como parece ser o caso da Antropologia e da Pedagogia. Afirmo então que

Antropologia e educação parecem constituir hoje, um campo de confrontação em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e à educação a condição de prática. Dentro dessa divergência primordial, os profissionais de ambos os lados se acusam e se defendem com base em pré-noções, práticas reducionistas e muito desconhecimento. Se há muitas coisas que nos separam – antropólogos e educadores –, há muitas que nos unem (GUSMÃO, 1997: 9).

Assim, retomo o debate, preocupada em “buscar conhecer os caminhos trilhados pela antropologia para dimensionar os caminhos em constituição e frente a diferentes campos” (id., *ibid.*), em particular na educação e na experiência singular da Faculdade de Educação da UNICAMP, entre os anos de 1995 e 2005.

A alteridade das relações humanas, tema central da ciência

¹ GUSMÃO, Neusa Maria Mendes, “Antropologia e Educação: origens de um diálogo”. In: GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes (org.). **Antropologia e Educação: interfaces do ensino e da pesquisa**, Cadernos CEDES, ano XVII, nº. 43, dezembro/97 (pp.8-25).

antropológica, torna-se foco de relacionamento difícil quando se trata de reconhecer a existência da diversidade humana para pensá-la no interior das práticas educacionais. Por mais que se reconheça tal diversidade, esta se confronta com os limites de uma natureza homogeneizante inscrita na educação e parte de sua história e, ainda, base da instituição mais representativa desse universo: a escola, do nível fundamental ao universitário.

No entanto, não se pode ignorar que “o conhecimento e o ensino serão decisivos para as pessoas e os grupos no mundo de amanhã”, como diz Michel Serres (1999, p. 11), ainda que, segundo ele, nem sempre sejam “as instituições [as] garantidoras de um conhecimento libertador”. Para Serres, a defesa de uma necessidade de relativizar é fundamental, posto que a “luta de todos contra todos no conhecimento favorece a luta e não o conhecimento” (p.11). O caminho para isso é o de efetivamente dimensionar o papel da cultura no jogo entre a comunicação, a educação e o desenvolvimento cultural de indivíduos, grupos e subgrupos no interior da sociedade, compreendendo todas as possibilidades de realidades verdadeiramente democráticas. Compartilhando desse pensamento, pretendo neste artigo demonstrar que: 1) as relações entre Antropologia e Educação não são recentes; 2) que a interlocução da Antropologia no campo da docência em Educação e nos cursos de Pedagogia desafia o conhecimento e a própria prática antropológica.

Antropologia e Educação: um pouco de história

Desde o século XIX a questão das diferenças, ao desafiar a Antropologia como ciência, desafiava também as práticas pedagógicas de caráter institucional e homogeneizante das chamadas sociedades civilizadas ou desenvolvidas. As contribuições da Antropologia em projetos educacionais a partir da reflexão, do debate e da intervenção com base em contextos culturais de aprendizagem são, ainda hoje, pouco conhecidas e colocam como necessário o resgate do passado para, fazendo-lhe a crítica, redimensionar as propostas educacionais do presente, superando limites e fazendo avançar o debate.

As possibilidades de uma ciência aplicada e interdisciplinar voltada para processos mais universalizantes e democráticos exigem a compreensão dos trânsitos entre cultura, educação e diversidade étnica e cultural. Com isso, demarcam-se os trajetos teóricos e define-se a produção do conhecimento como prática e como ação interventora de natureza social e política: nomeadamente, Antropologia e Pedagogia. Desse diálogo, conclui-se que a Antropologia, como diz Souta (1997: 103), é a mais-valia na educação, já que trata dos fatos da realidade humana. Como tal, os processos educativos, a escola e as políticas educativas não podem se fazer indiferentes às diferenças do social e ao saber antropológico que as descortina e explica, sob pena de se perderem em práticas autoritárias, que refletem tão somente os segmentos dominantes, negando a cidadania aos sujeitos sociais, alvo e objeto de suas práticas.

O encontro/desencontro entre Antropologia e Educação tem sido parte de um processo que ora se intensifica – como agora, no final de século XX, início do século XXI – ora se distânciava, em razão dos preconceitos ou avaliações reducionistas presentes na trajetória da ciência antropológica. Indeléveis são ainda hoje as marcas de uma Antropologia Aplicada², comprometida ideologicamente por meio de uma prática científica atrelada a governos nacionais de espúrios interesses sobre povos e nações em constituição. Em particular, nesse momento, destaca-se o estreitamento de laços, na medida em que a antropologia, como ciência, fornece os elementos de ação aos grupos dominantes, instrumentalizando a prática pedagógica voltada para projetos de intervenção sobre o “outro” e seu mundo, em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”

² Roger Bastide afirma que “a Antropologia Aplicada é dominada pelo desejo de assimilação das minorias à maioria que mantém em suas mãos as chaves do poder e a direção da estratégia” (BASTIDE, Roger, **Antropologia Aplicada**, Coleção Estudos, nº 60. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 22). Sob a égide de uma Antropologia Aplicada, a Antropologia da Educação comprometia-se com uma educação planejada em que o papel da escola, centrado na socialização, deveria garantir o equilíbrio funcional da sociedade, sem nunca provocar transformações sociais profundas. Ver: FONSECA, Claudia, **Educação sem terra**. Um estudo de antropologia aplicada a um projeto de educação popular por um grupo de trabalhadores sem terra no interior de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado – UFRGS (Antropologia). Porto Alegre, abril de 1983 (pp. 15).

desses povos.

A Antropologia e a Pedagogia não se colocavam, então, qualquer tipo de questionamento sobre a natureza do que fosse progresso e desenvolvimento, tanto para as nações dominantes como para os povos dominados. A ciência cumpria a sua função “técnica”, omitindo-se das responsabilidades, e a pedagogia encarava as suas práticas educativas como necessárias e únicas em nome de um humanismo “salvacionista” do “outro”. Desse momento de “más lembranças” querem livrar-se os antropólogos de hoje, fugindo à pecha de serem vistos como tradicionais e reacionários. Por outro lado, a pedagogia vem se “encantando” cada vez mais com as possibilidades postas pelo uso do instrumental antropológico nas chamadas pesquisas educacionais de cunho etnográfico. Apropria-se do instrumental tão-somente em termos de suas técnicas – com certo “deslumbre” pela observação participante transformada em participação observante³ –sem ter a compreensão dos pressupostos teóricos que na Antropologia informam e constituem as técnicas de investigação próprias desse campo.

Diante dos reducionismos de graves conseqüências para a produção do conhecimento por parte dos pesquisadores em educação, já bem discutidos por Valente⁴, reagem os antropólogos numa equivocada postura de “jogar a criança junto com a água do banho”. Ou seja, ao se negarem a discutir

³ Na visão de Durham, a partir dos anos de 1970, e da emergência dos movimentos sociais, deu-se uma intensa valorização dos métodos qualitativos de investigação com ênfase na observação participante, no estudo de micro realidades e na discussão da relação pesquisador-pesquisado. No processo, ocorreu uma politização crescente das realidades empíricas consideradas e, concomitantemente, uma despolitização dos conceitos de análise em prol de uma prática militante. É assim, diz a autora, que a observação participante se transforma em participação observante, na medida em que privilegia a participação em detrimento da observação e omite-se o pesquisador de uma reflexão epistemológica sobre sua prática, assumindo um pragmatismo acentuado no campo da pesquisa. Cf. DURHAM, Eunice, “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas” (in: CARDOSO, Ruth, *A aventura antropológica - teoria e pesquisa*, 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988 – pp. 17 a 37).

⁴ Valente chama a atenção para um debate entre os limites das teorias e das práticas científicas no campo educacional adepto do “método antropológico” que exigiria o repensar das questões de cunho conceitual e mesmo matricial da Antropologia, implicando um movimento de socialização e discussão de certa bibliografia (os clássicos) entre educadores-pesquisadores que não tenham sido a ela apresentados. Cf. VALENTE, Ana Lúcia F., “Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional” (*Pro-Posições*, vol. 7, nº 2 [20], Campinas: FE/Unicamp. jul. 1996 – pp. 54-64).

os usos da Antropologia no campo educacional, resvala-se para a “luta pela luta” sem favorecer o conhecimento, como aponta a fala já citada de M. Serres.

Os antropólogos enfatizam o exacerbado relativismo descritivo e empiricista dos profissionais da educação, e reagem desfavoravelmente a esse uso espúrio do instrumental antropológico. Na maioria das vezes, tal reação provoca nos educadores um fechamento, acusando os antropólogos de defenderem uma “reserva de mercado” no seu próprio campo. É exatamente aqui que está um dos pontos necessários e carentes de reflexão para que não se fechem as portas ao diálogo entre disciplinas de ambições diferentes, já que

[...] entre Antropologia e Educação, a questão parece ser a mesma: a aventura de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, de compreender um conhecimento que não é o nosso. Nessa ‘encruzilhada’, os não antropólogos buscam ‘um olhar antropológico’ pelo qual irão se guiar nos mistérios da pesquisa de campo. Por sua vez, a Antropologia e os antropólogos se vêem em grandes dificuldades, quando são chamados a tratar dessa realidade chamada educação, seja por não conhecerem ou, ainda, por deslegitimarem um certo percurso do passado da antropologia. (...). Aqui parece residir a importância do passado para o nosso presente, pois somente neste percurso parece ser possível vencer uma certa instrumentalização da Antropologia pela Educação, propiciadora de muitos equívocos, e onde, certamente, se terá como ganho a superação de estigmas e preconceitos que grassam de ambos os lados dessa fronteira ou desse divisor de águas – a Antropologia como ciência, a Pedagogia como prática (GUSMÃO, 1997: 8-9).

Disso resulta como necessário que se recupere a relação entre os dois campos no passado, evidenciando os problemas decorrentes de visões equivocadas e fornecendo subsídios para que, no trânsito interdisciplinar do presente, seja possível incorporar as críticas já feitas pela Antropologia, sem “jogar a

criança com a água do banho”. Recuperar criticamente o papel de certa corrente funcionalista na Educação, do culturalismo, e apontar os seus avanços e limites no interior da trajetória da Antropologia como ciência, poderá conduzir as pesquisas em Educação a rever o uso indiscriminado das técnicas para dimensioná-las em novos termos. Com isso, estariam esses pesquisadores de posse de um conhecimento mais crítico e pertinente e, como diz Serres, capazes agora de avançar, não no sentido “de um jogo de resultado nulo”, mas que “suscitaria a multiplicação de seu valor” (1999: 11). No caso, do conhecimento antropológico.

A razão disso é, portanto, muito simples e implica a necessidade de se adentrar o pensamento antropológico em suas bases epistemológicas como ciência e como ciência aplicada. Recuperar os seus alinhamentos teóricos, os seus avanços e limites, para então desconstruir a idéia de que o diálogo com a Educação é uma “novidade” dos anos 1970, como um momento crucial da História da Ciência Antropológica (GUSMÃO, 1997: 9). Nesse sentido, explicitar o modo específico de fazer dessa ciência, através, principalmente, de seus clássicos e dos mecanismos de que dispõe para construir o conhecimento, tais como seus métodos e seus conceitos, talvez possa garantir a não reificação metodológica. É assim que, por exemplo, discutir o culturalismo americano, representado por Franz Boas e as gerações formadas por ele, pode ser suficientemente justificado e, mais ainda, permite mostrar que

[...] importa chamar a atenção para uma certa distorção de visão de que somos todos acometidos e que nos leva a considerar *a priori* e/ou críticas insuficientes, deixando de entender a constituição da ciência de que somos herdeiros. Ser herdeiros não nos torna culturalistas, acrílicos ou conservadores, mas exige que reconheçamos que o conhecimento como ciência não nasce e morre dentro de um tempo determinado, senão que se alimenta do que existe antes dele e fornece alimento ao que lhe sucede, sem deixar nunca de existir como referência. Defendo, ainda, a importância desse

resgate, se quisermos cobrar alguma coerência no fazer de outros campos, quando se utilizam do referencial da antropologia na abordagem de temas singulares, particularmente na educação. Esta é a razão pela qual esta reflexão, ainda iniciante, parte da negação de um tempo mágico – a década de 70 – como referência para as pesquisas educacionais de tipo etnográfico e também as pesquisas no campo das ciências humanas, ditas pós-modernas, que, negando todo o passado, se tornam reificadoras de muitos limites (GUSMÃO, 1997: 10).

Tal reflexão chama a atenção para as barreiras divisórias entre Antropologia e Educação, para que sejam superadas de modo a permitir o trânsito entre ambas. Com isso, seria possível pensar uma ciência múltipla e mais crítica, ainda que seja uma incógnita saber os caminhos e as dificuldades da questão mestra da Antropologia – a alteridade – como ambição de disciplinas diferentes. O fato põe por terra a divisão clássica, diz Darnton (1996: 9), referindo-se ao mesmo problema no tocante às relações entre Antropologia e História. Talvez por isso valha a pena, como antropóloga, expor meus pensamentos e tentar “evitar a guerra em nome do saber”.

Para tanto, é preciso pôr em tela uma concepção de cultura ou, melhor dizendo, as concepções de culturas forjadas pelas diferentes abordagens antropológicas no tempo, e destacar como a cultura é hoje terreno escorregadio, manipulado e manipulável no campo da educação, tanto quanto pode sê-lo no campo conceitual que lhe é próprio. Nessa medida, entra em linha de conta a exigência de pensarmos a pluralidade e a diversidade cultural, e estas como realidades concretas a demandarem uma concepção de ciência e uma concepção de prática que tanto pode reificar o senso comum como pode incorporá-lo na forma de contribuição ao pensamento científico.

Da cultura e das culturas

Aos olhos da Antropologia, a questão da cultura não se oferece em exaustão a qualquer de seus debates, já que não se pode desconsiderar a sua realidade móvel e dinâmica, como conceito e como fato social. No entanto, ela é a dimensão conceitual fundamental na ciência antropológica como instrumento explicativo das realidades humanas, e seu desafio está em não se cometer o que Verena Stolcke (*apud* SANTAMARIA, 1998: 62) chama de “fundamentalismo cultural”. Trata-se, segundo a autora, de considerar a cultura como “única dimensão explicativa dos comportamentos dos outros” e que, ainda que postule o respeito e o valor da diversidade cultural, acaba por reificar e congelar a incomensurabilidade das diferentes culturas em torno de uma visão fechada, além de permitir a naturalização das desigualdades sociais e políticas. Tem-se, portanto, graves conseqüências para o conhecimento e para aqueles que se pretende defender.

Nessa medida, uma compreensão alargada, dinâmica, que resulte na desconstrução do conceito de cultura como algo cristalizado fora das práticas humanas, exige um olhar sobre a Antropologia enquanto um pensamento clássico e enquanto um pensamento moderno. Trata-se, então, de um esforço de superação de enganos e de limites. Em questão, a Antropologia e suas linhagens, como diz Peirano (1991).

Dessa postura, segundo Gusmão, resulta a proposta de compreender a

[...] cultura entendida como instrumento necessário para o homem viver a vida, distinguir os mundos da natureza e da cultura e, ainda, como lugar a partir do qual o homem constrói um SABER que envolve processos de *Socialização e Aprendizagem*. No primeiro caso, trata-se de diferentes formas de transmissão de conhecimento, de habilidades e aspirações sociais; no segundo, trata-se das formas de transmissão de herança cultural, através de gerações implicando processos de apropriação de conhecimentos, técnicas, tradições e valores. Tudo

em acordo com a criação dos homens em situações sociais, concretas e historicamente determinadas. Situações essas, segundo Galli e outros autores, tipicamente *pedagógicas e diversas* (1997: 17).

Por esse caminho, a Antropologia, como ciência e em particular como ciência aplicada, no passado e no presente, desde sempre se ocupou com o universo das diferenças e das práticas educativas. Ainda segundo Gusmão, de Boas a Mead, passando por Ruth Benedict, compreendem-se os processos educativos, o papel da escola, da família, entre outros, e, assim, convergem os

[...] estudos da cultura, no caso da Antropologia, e dos mecanismos educativos, no caso da pedagogia, possibilitando a existência de uma Antropologia da Educação – tema e produto de uma grande conversa do passado –; isto também ocorre no presente, posto que a Antropologia e a Educação estabelecem um diálogo, do qual faz parte também o debate teórico e metodológico das chamadas pesquisas educativas, relacionadas às diversas e diferentes formas de vida que, neste final de século, estão ainda a desafiar o conhecimento. Em jogo, as singularidades, as particularidades das sociedades humanas, de diferentes grupos face à universalidade do social humano e sua complexidade através dos tempos e, em particular, num mundo que se globaliza (1997: 12).

Falar do tempo presente, de um mundo globalizado e sem fronteiras, não é simples ou fácil. Do passado e de sua história, sabe-se hoje, como diz Farias (1990), que o mundo cultural envolve uma luta de interesses, em que processos de dominação e espoliação, entre outras coisas, acarretam arbitrariedades que não têm por objetivo apenas a produção e a reprodução da sociedade, mas resultam em processos que envolvem outras sociedades, outros grupos sociais, outras culturas. Para Farias, tem sido comum o fato de que a história cultural de um povo se transforme numa história hegemônica imposta por uma cultura dominante. Cabe, portanto, na

compreensão da diversidade humana, buscar apreender cada cultura nos seus próprios termos e assim, questionar as bases hegemônicas das sociedades dominantes, como as nossas: ocidentais, brancas e cristãs. Em jogo, o conhecimento como ciência que se faz a partir de realidades empíricas, historicamente determinadas.

Nesse contexto, torna-se imperativo também compreender os muitos mundos simbólicos que se instituem no interior da cultura hegemônica, desafiando a Antropologia e os antropólogos, como aponta Zaluar (1995), já que constitui uma via de mão dupla, em que estão em jogo a objetividade científica e a sensibilidade interpretativa do pesquisador. O embate mostra como necessário o questionamento das práticas científicas e das práticas educativas para pensar o que foi na década de 1990, e ainda é, em 2005, o campo comum e conflitivo do diálogo entre Antropologia e Educação.

É essa a razão que descaracteriza o diálogo entre Antropologia e Educação como novo. O que é novo é ter que responder às questões postas pela cultura no tempo presente, sem perder de vista que a cultura não é apenas significativa e singular, mas que é também mediação.

[...] a questão da cultura e de seu movimento incorpora uma outra dimensão, que é seu caráter de mediação, ou seja, aquilo que faz com que as condições objetivas de vida sejam expressas pelos sujeitos sociais, não pelo que de fato são e representam, mas pela forma pela qual o real é significado, percebido e interpretado. Da mesma forma, cabe aos indivíduos e grupos perceber, significar e interpretar a si mesmos em relação ao que vivem e experimentam (GUSMÃO, 1999: 46).

Dessa perspectiva, compreende-se a

[...] cultura como produção e produto, como equilíbrio e conflito, como trama e textura do social. A cultura faz-se assim em acontecimento, rotina e ruptura, parte do revestimento mais de superfície da sociedade, mas também seu cerne, a parte profunda que a constitui enquanto emoções,

hábitos, sentimentos, representações e conflitos. Assim, para o sujeito social, a cultura é e representa a experiência vital de seu tempo e de seu espaço em termos de si e do outro (GUSMÃO, 1999: 47).

A partir dessa concepção, resgata-se no universo da cultura a sua condição de “campo político de muitas possibilidades”, resgata-se o sentido de a ciência antropológica colocar-se como uma mais-valia na Educação, como disse Souta, e de compreender a valiosa contribuição para que os processos educativos, a escola e as políticas educativas possam ser pensados e refletidos. A Pedagogia encontrar-se-ia, então, em condições de “transcender a compreensão das várias expressões culturais de um povo como mero recurso didático. A reflexão tem de transpor o espaço que fica além dos muros da escola, tem de atingir as consciências e atuar em todo tipo de atitude interativa” (PEREIRA, 1997: 40).

O diálogo entre Antropologia e Educação que aqui defendo, e que penetra no que realizo como docência, traz a marca dessas reflexões; contudo, revela-se como não isento de tensões. Assim, pesquisadores, educadores e educadores-pesquisadores devem colocar à luz dos debates a natureza e a razão das suas divergências na produção do conhecimento e no exercício de suas práticas. Insistir no distanciamento e na impossibilidade do diálogo, por mais que subsistam diferenças profundas nos dois campos, é impedir a possibilidade de trocas e de ganhos inteiramente novos. Cabe recordar Boaventura Souza Santos (1996), quando diz que o tempo de agora, tempo presente, é apenas de aparente novidade, posto que é um tempo de conflito e de repetição. Para ele, nosso passado e suas conseqüências resultam de uma opção de homens concretos entre opções possíveis; aproprio-me então de seu pensamento para dizer que não é diferente com a ciência que praticamos.

Ao propor uma Pedagogia do Conflito, o autor afirma que os

[...] conflitos devem ocupar o centro de toda experiência pedagógica emancipatória. O conflito serve, antes de mais, para vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes (...) para olhar com empenho os

modelos dominados ou emergentes através dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e portanto entre pessoas e entre grupos sociais. Um relacionamento mais igualitário, mais justo, que nos faça aprender o mundo de modo edificante, emancipatório e multicultural. Será este o critério último da boa e da má aprendizagem (1996: 33).

A Antropologia pode e deve, portanto, apontar caminhos alternativos para a prática científica e para a prática educativa no campo da Educação e, para tanto, faz-se necessário conhecer nossas diferenças e nossas semelhanças. Todas elas são resultantes de uma trajetória histórica que faz com que antropólogos e educadores sejam herdeiros de “um processo de imposição de si ao outro, posto pelo desenvolvimento do mundo colonial e do colonialismo ocidental, cuja meta visava a suprimir toda e qualquer alteridade, em nome de um modelo de vida cultural e pedagógico de tipo etnocêntrico, autocentrado e homogeneizador” (GUSMÃO, 1997: 17).

Assim, a Antropologia, que desde sempre tem refletido sobre a diversidade humana e buscado um lugar a partir do qual, podendo compreendê-la, se instaure um campo de direitos e de cidadania, no sentido atual do termo, estaria em condições de contribuir com a Educação. Por sua vez, a Pedagogia e a Educação debatem-se entre a constatação da diversidade e a necessidade de práticas homogeneizantes que negam a possibilidade do diverso e, por essa razão, antropólogos e educadores não se podem fazer indiferentes ao diálogo e às trocas.

Não se pode esquecer que o Brasil, tal como muitos países, é por essência uma sociedade pluriétnica e multicultural, o que torna a sua realidade um desafio a ser explicitado pelo processo de conhecimento, constitutivo dos diversos campos do saber. É também, por essa configuração, uma sociedade em que processos hegemônicos de ordem social e política se contrapõem e se conflitam com a diversidade que lhe é própria e singular. Resultam disso experiências que incidem sobre o próprio conhecimento, e também sobre o campo educativo e

legal, expressos pela nova LDB – Leis de Diretrizes de Base – e pelos chamados PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais⁵. Tais processos vieram alimentar sobremaneira a “descoberta” da Antropologia pela Educação, dando-lhes um ritmo acelerado no campo da docência e da pesquisa, como se nota pelas inúmeras publicações pedagógicas de cunho sociológico, e pelo grande interesse por temas sociais dos postulantes à pós-graduação em Educação, distanciando-se dos temas mais “pedagógicos”.

Na graduação, o processo ainda é o de sempre, privilegiar nas monografias de final de curso os temas mais “pedagógicos”; as disciplinas pedagógicas são em maior número, embora o aluno comece a perceber, pelo próprio debate dos PCNs e os chamados temas transversais, que necessitam também de outros olhares. Dessa constatação percebe-se que, apesar das mudanças restritas, impõe-se a necessidade de levar os alunos a refletir para além dos muros da escola, a construir um outro olhar sobre esse espaço em busca de uma compreensão alargada dos processos educativos e dos problemas inerentes a realidades de marcada pluralidade cultural, como é o caso brasileiro.

Ao mesmo tempo, é flagrante a ausência do mesmo debate nos cursos de Ciências Sociais, o que deixa em aberto para os pedagogos as possibilidades da não reflexão sobre como se tem dado a apropriação do instrumental antropológico pela educação. Não se tem a devida criticidade das questões envolvidas e dos muitos significados em jogo, posto que não se tem as bases para um adequado enquadramento teórico das técnicas antropológicas. Sem isso, podem os pesquisadores e professores no campo da educação resvalar por processos de vulgarização de técnicas e conceitos. O que não se pode é cobrar-lhes coerência, se como antropólogos nos omitimos de responsabilidades no fato, seja pelo assumido distanciamento

⁵ A LDB – Leis de Diretrizes de Base – faz parte da Constituição Federal Brasileira de 1988, através da Lei nº. 9.394, e estabelece as diretrizes e as bases da Educação Nacional, tendo sido promulgada em 20/12/96. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais –, consolidados na lei em 15/10/97, definem o que deve constar no currículo escolar e, assim, orientar o trabalho do professor-educador. Segundo Betty Mindlin, os PCNs impulsionam o sistema educacional brasileiro entre outras coisas porque trazem consigo a questão da pluralidade cultural como tema transversal a ser incorporado por todas as disciplinas do ensino. Cf. MINDLIN, Betty, “A verdadeira descoberta” (in: *Pátio*, ano 2, nº 6. Agos/out. – 1998. pp. 12 a 16).

entre os dois campos, seja pela negação das possibilidades da Educação como prática ter princípios mais científicos.

Como afirma Valente (1997), não basta definir o que une a Antropologia e a Educação – o homem e sua natureza humana. É preciso, como estudiosos das ciências humanas, estabelecer com clareza as diferenças de como construímos as nossas concepções de homem, sociedade, cultura e história. Para a autora, “toda e qualquer proposta investigativa implica, queiramos ou não, a escolha do lugar teórico a partir do qual ela é conduzida” (Idem: 60). Aqui reside o nó górdio da questão entre Antropologia e Educação.

Nessa direção, busca-se construir na Faculdade de Educação da UNICAMP, São Paulo, Brasil, uma experiência educativa e de formação cujo centro é a relação entre Antropologia e Educação como campo científico e prático de muitas possibilidades.

Antropologia e Educação: uma experiência na FE/UNICAMP

O exercício que aqui se faz não dá conta de todos os aspectos que envolvem a presença de uma área de conhecimento como a Antropologia no campo da Educação, nem mesmo na FE/UNICAMP, mas consiste em refletir sobre uma experiência em andamento, ainda inconclusa em seus próprios termos. Trata-se, portanto, de arrolar alguns elementos de interdisciplinaridade e de caracterizar alguns momentos desse empreendimento, para avaliar um dos caminhos que estão sendo implementados junto à FE, dando conta de parte das questões levantadas nos itens anteriores.

O ano de 1995 é o marco de minha própria memória quanto à experiência da Antropologia na FE, ainda que ela seja anterior à minha chegada à faculdade. O que se sabe é que na constituição de um Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação – DECISAE⁶ –, representativo das três áreas das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Política – a

⁶ Em 2005, em razão da redepartamentalização da FE/UNICAMP, esse departamento passou a se chamar DECISE – Departamento de Ciências Sociais na Educação, após intensos debates em razão do desagradado geral relativo ao termo Aplicada e em razão de fortalecer o lugar de onde se fala na FE – as Ciências Sociais.

Antropologia na FE sempre padeceu de alguns limites, entre eles o da presença de um professor-antrópologo.

Por essa razão, e a convite, o Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, do Departamento de Antropologia do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da UNICAMP, em dado momento, ministrou a disciplina “*Antropologia da Educação*”, que até hoje consta do catálogo da FE como eletiva e não obrigatória. Em outros momentos, dada a composição multidisciplinar do departamento, outros professores ministraram a disciplina em questão, entre eles a Prof^a. Dr^a. Elisa Kossovich, uma filósofa (que, por vezes, divide as disciplinas antropológicas comigo). Por esse caminho, o DECISAE pôde não deixar morrer a presença da Antropologia num departamento que obrigatoriamente representa as Ciências Sociais, ainda que a disciplina em questão muitas vezes tenha deixado de ser oferecida. Nesse cenário, em 1995, cheguei ao DECISAE e à FE/UNICAMP.

O momento era especial, posto que a FE dava início a um processo de reformulação curricular que, posteriormente, culminou em conquistas pouco comuns nos cursos de pedagogia naquele momento: a *Antropologia da Educação* permaneceu como eletiva, sem desaparecer, apesar dos limites enfrentados pelo DECISAE; além disso, de forma significativa, cria-se uma disciplina obrigatória de Antropologia, chamada “*Educação e Antropologia Cultural*”, que integra até hoje o currículo obrigatório na graduação do alunado de pedagogia. No espaço da tradição de disciplinas eminentemente pedagógicas da graduação, duas antropologias se fazem presentes em posição de igualdade com as demais disciplinas de natureza pedagógica. Essa conquista e a chegada de uma antropóloga são, a meu ver, um divisor de águas entre o momento anterior em que a Antropologia era mais desejo que realidade e o presente, que tenta consolidar tal presença no interior da pedagogia e da FE⁷.

⁷ Havendo uma única antropóloga no DECISAE atuando na graduação e na pós-graduação desde 1999, só a disciplina obrigatória tem sido oferecida de modo regular. Não há como oferecer eletiva ou seminários avançados que correspondam ao meu próprio avanço no estudo da Antropologia e Educação. A exceção só é possível em cursos de pós-graduação e, mesmo assim, de modo limitado pela bagagem acadêmica dos alunos, que desconhecem o campo teórico da Antropologia.

O mérito do pequeno grupo de professores e pesquisadores do DECISAE, para além de não deixar desaparecer esse campo do conhecimento, está em fazer reconhecer a necessidade dessa área na Educação. De alguma maneira, o processo reflete as preocupações ligadas às reformulações da LDB ao final dos anos 1980 e, também, nos cursos de Pedagogia, a influência dos PCNs e seus temas transversais, naquele momento ainda em gestação. Outra possível consequência desse momento, em específico no DECISAE, parece ter sido a nova regulamentação da chamada Educação Infantil⁸, que prevê a formação universitária no interior dos cursos de Pedagogia para profissionais que atuam em creches. Constituindo uma nova disciplina, a Educação Infantil também se aloca no mesmo departamento – o DECISAE – e por sua definição torna-se próxima da Antropologia, através da temática da família e das diferenciações socioculturais que marcam diferentes segmentos da sociedade brasileira⁹. No caso da FE/UNICAMP, e também pela ambigüidade do discurso legal, isto implicou, em certa medida, uma perspectiva cultural da Antropologia não devidamente discutida, mas com reflexos sobre a presença da Antropologia na Educação.

Das conquistas implementadas a partir de lugares diferentes pode-se dizer que houve ganhos significativos, mas, pelas razões acima, algumas ambigüidades se fizeram e se fazem presentes, mesmo que não tenham sido ou sejam no presente um empecilho ao avanço que tal processo representou e ainda representa. Entre os ganhos está o fato do próprio DECISAE, hoje DECISE, ser interdisciplinar e, por esta razão,

⁸ “A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até aos seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família” (BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1, Brasília, 1998 – p. 11). Mais à frente neste mesmo documento, fala-se da parceria das instituições com as famílias como devendo demandar especial atenção e, atendendo ao respeito às várias estruturas de famílias existentes, a inclusão do conhecimento familiar no trabalho educativo, entre outros pontos (pp. 75-79). Tais aspectos já demandam, por parte dos cursos de Pedagogia, uma tomada de posição quanto à formação profissional do estudante, e devem refletir a possibilidade tanto do diálogo interdisciplinar com a Antropologia quanto do diálogo com seus limites no interior da Educação.

⁹ A disciplina, tal como é definida, incorpora questões relativas a idade, raça, cor, gênero e outras, como necessárias na formação do educador infantil.

apresentar aberturas que de outro modo e em outros departamentos seriam difíceis de se colocar. De modo singular, entre outros aspectos possíveis, está o diálogo com essa outra área de conhecimento – a Antropologia. Antes, porém, cabe falar das possíveis marcas de origem que acompanham esta trajetória, já que a trajetória da Antropologia no departamento, no período que se iniciou em 1999, colocou em jogo a temática da Família e a denominação da nova disciplina obrigatória na formação dos pedagogos – *Educação e Antropologia Cultural*.

A problemática da Família tem uma alocação própria vinculada à necessidade de formação de pedagogos que irão se profissionalizar no campo da Educação Infantil, o que de modo gradativo começou a ficar claro em 1999, em termos da concepção de Antropologia presente entre aqueles que estavam há mais tempo no departamento, e eu como docente e antropóloga. Não por acaso, será por meio de uma disciplina em extinção, chamada Deficiência Mental e Família, que minha contratação se viabilizou, posto que a Pedagogia necessitava de alguém habilitado para tratar do tema Família. A possibilidade de uma disciplina teórica e/ou temática permeia um processo de compreensão da Antropologia no curso de Pedagogia. A Antropologia era e é uma promessa e um desejo de um departamento cujas características acadêmicas se aproximam mais do campo das Ciências Sociais, mas o sentido e a presença de disciplinas antropológicas estavam, e ainda, por vezes, estão, marcadas pela ambigüidade de um caráter mais científico ou mais instrumental próprios do campo da educação.

Nesse processo, a condição instrumental coloca-se no eixo temático, fazendo com que a Antropologia seja vista, na faculdade, como tendo um caráter auxiliar e complementar em termos das disciplinas mais pedagógicas, com conteúdos previstos pelos temas transversais (PCNs) e não propriamente teóricos. Apesar da existência dessa concepção na FE/UNICAMP, no início de 1999, após o processo de reformulação curricular ter sido aprovado, o DECISAE consolida a concepção da Antropologia como área de conhecimento e, nessa medida, importa seu campo teórico e o que ele possibilita como

conhecimento crítico no campo da Educação¹⁰. A trajetória da disciplina desde então, não sem dificuldades, tem sido a de afirmar-se como área de conhecimento com dimensão própria e não como auxiliar ou suporte das disciplinas mais propriamente pedagógicas. Porém, isso não é fácil ou simples de se realizar no cotidiano das salas de aula e/ou no confronto com a perspectiva das chamadas disciplinas pedagógicas.

A disciplina antes da mudança

Entre 1995 e 1998, o que vigorou foi a oferta da disciplina eletiva – *Antropologia da Educação* – na graduação e outra denominada *Tópicos Especiais em Antropologia da Educação* na pós-graduação da FE. A experiência na pós tem aberto, desde sempre, outras possibilidades de debates em torno da Antropologia da Educação, seu campo teórico, com autores nacionais e internacionais que merecem um tratamento à parte; por essa razão, aqui particularmente se fala da experiência da graduação.

Nesse sentido, cabe comentar um pouco mais a conquista da obrigatoriedade da disciplina *Educação e Antropologia Cultural*, por aquilo que veio junto com ela: a denominação *Antropologia Cultural*. Uma denominação que entre muitos antropólogos consiste na marca mais reacionária do que se pode fazer em Antropologia. O fato não foi objeto de debates pelos que formulavam o processo de mudança, mas não se pode dizer que tal denominação tenha ocorrido apenas pela falta de clareza daqueles que pensaram a mudança.

Seguramente, na visão dos pedagogos, o fato vincula-se muito mais à concepção instrumental da Antropologia e em acordo com as novas leis a que um curso de formação deve agora responder, ou seja, a LDB e os PCNs. Certamente, concorre ainda uma visão ideologizada e limitada da Antropologia como disciplina de conteúdos humanísticos necessários à formação de educadores. Por outro lado, a compreensão necessária da

¹⁰ Essa é a perspectiva adotada nos cursos que ministrou na graduação e na pós-graduação e que correspondem às pesquisas que venho realizando e, mesmo, que defendi em minha Livre-Docência em Antropologia da Educação na FE/UNICAMP em 2003.

disciplina, apesar de todos os possíveis entraves não discutidos naquele momento, tem a ver com a popularidade dos chamados Estudos Culturais de origem americana que, presentemente, invadem e criam modismos no campo da Educação. Tem a ver, entre não especialistas, com uma postura de tomar os *Estudos Culturais* como sendo *Antropologia*, não distinguindo seus campos teóricos e conceituais no interior de uma tradição historicizada e crítica¹¹.

Apesar de tantos limites, a presença de uma disciplina de Antropologia numa faculdade de educação, com tudo o que representa a tradição de formação do pedagogo, centrada nas pedagogias, didáticas e na psicologia, é efetivamente uma conquista. O fato exige rever rótulos depreciativos que se têm da *Antropologia Cultural* por aqueles que estão fora desse campo e desse debate. Exige esclarecer o que e como se desenvolve um programa de curso que prioriza a Antropologia como campo de conhecimento.

O contexto de mudanças na FE/UNICAMP tornou necessário que a programação da disciplina obrigatória não se limitasse a uma Antropologia Cultural do passado. Nesse sentido, fazer a crítica a tal tendência exigiu situar a Antropologia no tempo e no espaço, de modo que, mediante a sua história, fosse possível localizar as questões do presente e responder às questões expostas no início dessa exposição como próprias da Antropologia e da Educação. Foi necessário também, como antropóloga, sair dos limites da FE, e mostrar em outros fóruns, encontros, seminários, etc., a natureza do trabalho aí desenvolvido e o que se pretendeu e se pretende fazer¹². Na linha de frente desse debate, a idéia fundamental tem sido o resgate do passado da Antropologia Cultural, o que não significa reeditá-la para tê-la como centro e base da reflexão científica no campo da Educação e dos programas disciplinares,

¹¹ Este é o debate que atualmente desenvolvo na pós-graduação e que venho pesquisando como meio de contribuir para uma efetiva Antropologia da Educação no Brasil.

¹² Com essa intenção, retomei uma antiga tradição da ABA e propus em 2000, no encontro de Brasília, um GT. de Antropologia e Educação, que vem sistematicamente se reunindo em nossos encontros e também em outros fóruns. Alguns artigos e coletâneas também foram publicados, instalando um debate para antropólogos, para pedagogos e outros especialistas preocupados com a educação.

mas compreender aí suas contribuições e seus limites, bem como os avanços teóricos que a superam instaurando outros debates.

Mesmo assim, não estão o DECISAE/DECISE e a Antropologia que aí se pratica isentos do risco de interpretações e mesmo de opções equivocadas. Caminha-se no embate de propostas, desejos, necessidades e possibilidades. A vulnerabilidade da disciplina, no entanto mais provável, não advém de um suposto “inimigo natural”, caso ele exista no campo da Educação, ou seja, os pedagogos; mas, a meu ver, é de responsabilidade dos próprios antropólogos. Aqui, uma vez mais, cabe perceber que a fragilidade na conquista da presença da Antropologia na Educação – a concepção instrumental da Antropologia – acontece por parte dos pedagogos, mas estes a cometem por buscarem suprir os limites de seu universo, a Pedagogia, e por estarem nessa empreitada inteiramente sozinhos. Em questão a ausência do diálogo com os antropólogos e a responsabilidade que cabe a todos os envolvidos. Pelas argumentações já feitas, pode-se dizer que se o diálogo entre campos diversos de atuação fosse um fato, provavelmente diminuir-se-iam as chances de enganos e ambigüidades. Volta-se, portanto, aos argumentos iniciais de defesa de uma (re)aproximação necessária da Antropologia com a Pedagogia, razão e causa da experiência que aqui se relata¹³.

Programas e conteúdos: a busca de caminhos

A programação da disciplina eletiva de graduação – *Antropologia da Educação* – oferecida nos anos de 1996 a 1998, buscou não se alienar da Educação, mas assumiu desde o princípio o lugar de sua fala – a *Antropologia* –, e nisto reside talvez seu maior mérito e seu maior desafio. Como fazer uma Antropologia endereçada à Educação? A opção por um curso que minimamente contemplasse uma formação teórica, capaz de entender que aí não se pretende formar antropólogos, mas

¹³ Fato esse que tem gerado preocupações no campo da docência em outras áreas do conhecimento e que eventos como o promovido pela ABA em Florianópolis – “Ensino da Antropologia: diagnósticos, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho” – colocam na ordem do dia: a importância da Antropologia e a necessidade de interlocução para além do campo das Ciências Sociais.

formar educadores habilitados a tratar com a diversidade humana dentro de uma concepção de sociedade plural e democrática; que pretende fornecer elementos suficientes para estabelecer um olhar mais crítico na apropriação e uso das técnicas de pesquisa etnográfica e, ao mesmo tempo, discutir a despolitização dos conceitos centrais da Antropologia, tornando claro suas conseqüências, exigiu um caminho longo e complexo. Exigiu e ainda exige um tempo que a semestralidade da disciplina dificilmente permite, mas que os próprios alunos, sensibilizados pelos conteúdos, percebem e reclamam. Outro aspecto a se considerar é o desconhecimento por parte do aluno sobre o que era/é a Antropologia, as dificuldades de um aparato conceitual e de linguagem igualmente distantes. Muitas eram e são as pedras do caminho.

Com clareza, desde 1999, não se pretendia reeditar a antiga experiência da Antropologia da Educação de cunho culturalista, posto que seria um equívoco. Conscientemente e por escolha, foi a História da Antropologia como ciência a chave para introduzir o aluno nesse universo de coisas novas e, nesse caso, passava também pela velha Antropologia Cultural, pela experiência de uma antropologia aplicada e funcional, revelando seus limites e as conseqüências de seus resultados sobre povos diversos. A questão da cultura, da ideologia e o contexto histórico de cada época, sempre que possível referido às relações com o campo educacional em seus contextos de origem e os reflexos disso no caso brasileiro, principalmente entre os anos 1930 e 1950, foram gradativamente tomando forma entre unidades e bibliografias específicas.

No entanto, o que parece ser um campo fecundo que faz sentido entre estudantes – a Antropologia no curso de Pedagogia – pode vir a ser lido através de lentes desfocadas. Quando de minha mudança das Ciências Sociais para a Faculdade de Educação, muitos colegas consideraram ser um erro uma antropóloga migrar para um campo sem prestígio, alertando para os limites de uma troca acadêmica e científica. Preconceitos à parte, como então viabilizar e tornar aceitável um programa de disciplina em que os interlocutores seriam Boas, Margareth Mead, Malinowski e outros, não mais considerados “de ponta”?

Como falar de evolucionismo, funcionalismo, culturalismo quando o que está em debate é a crise dos paradigmas e a busca de uma nova forma de fazer ciência? Não seria reincidir sobre o erro de alimentar um positivismo exacerbado? Em razão dessas preocupações, de 1998 aos dias que correm, o debate da disciplina *Educação e Antropologia Cultural* na FE/UNICAMP foi ampliado, de modo a incorporar as discussões relativas à história da Antropologia na segunda metade do século XX e, com isso, redimensionar as questões da diversidade, educação e multiculturalidade. As teorias mais críticas e a crítica ao multiculturalismo americano de forte presença na Educação, além de atualizar o debate teórico, surpreendem os alunos, acostumados ao discurso dos Estudos Culturais, e introduz outras possibilidades de se pensar o social e a prática pedagógica.

O desafio, porém, não está plenamente resolvido, já que o privilégio de formas interpretativas na pesquisa educacional deve trazer junto, como diz Lovisolo (1984), os conceitos da tradição antropológica, sua metodologia, e ainda os discursos da própria sociedade sobre si mesma. Nesse movimento, segundo o autor, é preciso ter claro que uma tendência interpretativa e compreensiva do social permanece ainda coexistindo com um modelo positivista de sociedade – quanto mais não fosse, pela própria concepção de educação vigente nas faculdades de educação e nos cursos de pedagogia, de modo geral. Nesse embate, a opção de conteúdo para a disciplina de Antropologia da Educação entre os anos de 1996 a 1998, e mesmo depois desse período, foi feita com consciência de tudo o que estava e está em jogo.

Privilegiar a história de constituição da ciência antropológica e de suas vertentes tornou possível mostrar aos alunos a relação entre teoria e método, teoria e prática de investigação científica, mostrando-lhes os pressupostos, os instrumentos de análise, seus limites e enganos. A discussão de como se realiza no tempo presente o uso desses instrumentos na pesquisa em educação e, também, na prática pedagógica que se alimenta dos mesmos princípios, mas que nem sempre se conhece, permitiu e permite o ir e vir entre um tempo passado

e presente dado pela própria natureza dos debates.

A intenção é a de fazer com que o aluno compreenda de forma contextualizada as relações entre Antropologia e Educação, apreendendo o aparato conceitual básico da Antropologia. É, ainda, permitir o destaque e o entendimento do conceito de cultura em diferentes períodos e teorias, bem como a sua operacionalização em termos de uma ciência aplicada do passado e do presente. As respostas têm sido aquelas esperadas, o que revela o acerto da escolha feita e, por si só, justifica a disciplina e o caminho que tem percorrido. Desse trajeto, depreendem-se o papel e o valor da Antropologia na Educação, e alguns resultados sensíveis, ainda que limitados, revelam por parte dos alunos uma distinção ainda parcial no uso conceitual e prático proposto pelos Estudos Culturais e pela Antropologia, nomeadamente para as noções de diversidade sociocultural e cultura.

A cada ano, esta mesma proposta tem sido a base dos programas ministrados, sofrendo pequenas modificações e ajustes, com inclusão de uma ou outra bibliografia, por vezes mais recente, mas sempre com a intenção de ampliar ou obter maior empatia com a questão central: as relações entre Antropologia e Educação, a partir da própria Antropologia e da produção antropológica. O caminho tem-se revelado rico e fecundo. Compreender o campo científico voltado para os debates e propostas de intervenção gestadas nos diferentes momentos históricos entre o final do século XIX e o início do século XXI permite mapear os desafios da pesquisa educacional na atualidade, e demonstrar a maneira como os mesmos debates se fizeram presentes em épocas anteriores, apesar das especificidades de agora e de antes.

Consorte (1997) diz que, entre o passado culturalista das relações entre Antropologia e Educação e sua influência no sistema educacional brasileiro entre os anos 1930 e 1950 e os dias hoje, ocorre uma retomada do culturalismo de modo geral. Dessa retomada, pode-se dizer que é expressiva a sua penetração na educação e nos discursos da sociedade e das ciências, principalmente por meio dos Estudos Culturais de inspiração norte-americana. Por sua vez, o caminho mais crítico assumido

pela Antropologia entre 1960 e 1990 chega ao aluno por meio dos debates em sala de aula, mas não alcançou ainda, em que pesem os nossos esforços, a mesma sistematização do período anterior (1920/1950) como seria necessário. Um limite é a semestralidade da disciplina, que não viabiliza tal discussão de modo pleno, outro a necessidade de sistematização em artigos, livros de anotações de aula e de pesquisas antropológicas que tenham a educação como objeto¹⁴. Mesmo assim, tal debate não está inteiramente ausente, o que permite a comparação e a avaliação que leva o aluno a refletir e saber sobre outras visões de ciência e de prática científica, menos positivistas.

Assim, o caminho de uma proposta de *Educação e Antropologia Cultural* se faz na medida em que a justaposição e a relação de tempos cronológicos e teóricos diversos – o ontem e o hoje da ciência antropológica e de sua relação com a Educação – se tornam fecundas e multiplicadoras. É preciso compreender que se trata aqui de um alunado de fora do campo das Ciências Sociais, o que torna necessário realizar com eles o inventário teórico daquilo que foi a relação da Antropologia com a Educação. Sem isso, outros debates seriam inviabilizados ou se tornariam discursos superficiais, comprometedores da compreensão dos fatos, dos conceitos, das metodologias e das conseqüências em jogo.

Os alunos percebem e comentam os fatos. Os comentários multiplicam-se e espalham-se entre colegas estudantes. Em 1996, quando um aluno dizia estar matriculado em Antropologia, outro lhe perguntava se a cursava em outro instituto, o IFCH. Havia um espanto e o estranhamento era imediato: Antropologia na Educação? Hoje, isso já não é comum e, embora entre alunos haja um desconhecimento do que efetivamente possa ser uma disciplina como Antropologia, há também expectativas quanto ao encontro com a disciplina.

Assim, desde primeiro momento em que foi ofertada como disciplina eletiva, a Antropologia sempre foi alvo de

¹⁴ A educação não tem sido vista como objeto privilegiado da Antropologia, e, ao considerar-se a Antropologia da Educação no caso brasileiro, a tradição diz respeito à Educação Indígena, mas é preciso ir mais longe e ver também as realidades complexas.

significativa procura por parte dos alunos, e os comentários sobre o que ali era visto e discutido eram de que a disciplina lhes trazia uma dimensão à qual de outro modo jamais teriam acesso. Um ponto alto pode-se dizer que está na natureza mesma do pensar e do fazer antropológicos: o aprender a superar as próprias concepções e a relativizar as “verdades” postas por meio de uma visão estreita dos fatos sociais. Ao mesmo tempo, torna-se possível uma atitude mais inquisitiva quanto aos conceitos e métodos que se utilizam no campo da pesquisa e da prática pedagógica. O que agora se reclama é que por chegar aos alunos no penúltimo período de formação, os temas e os conteúdos de TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso – pouco se beneficiam do debate; contudo, alteram substantivamente a visão sobre seus temas de pesquisa.

Em termos de atividades que buscam ampliar os debates, a experiência da Antropologia na FE, através do agora DECISE e do GEPEDISC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sociocultural – vem promovendo desde 1996 uma série de eventos em torno da questão Antropologia e Educação, no âmbito da FE e fora dela, em outras universidades e faculdades; em encontros, congressos nacionais e internacionais; em Associações Nacionais, tais como a ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa – e ainda a ANPOCS, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, e na própria ABA. Em todos eles, temas como ensino e pesquisa, ciência e prática, trabalho de campo, diversidade cultural, imaginário e representação, educação e cultura, cultura e infância têm reunindo antropólogos, pedagogos e outros interessados em debater experiências e trabalhos embasados na interface da Antropologia e da Educação, no campo do ensino e da pesquisa, em nível de graduação e de pós-graduação. Desse debate resultaram algumas publicações em anais, revistas científicas especializadas, livros e capítulos de livros, que atestam a importância do diálogo e a sua necessidade também em outros campos, fora das Ciências Sociais.

Convidados especiais têm ministrado palestras na FE, e a troca de experiências entre profissionais que atuam na Educação com um repertório teórico e de pesquisa referendado pela

Antropologia tem sido uma constante. Pode-se dizer que até aqui esta curta experiência tem revelado a que veio e, certamente, não tem decepcionado aqueles que nela acreditaram. Entre 1999 e 2005, a Faculdade de Educação e o curso de Educação e Antropologia Cultural, transformada em disciplina obrigatória da grade curricular da graduação em Pedagogia, passou a receber cada vez mais alunos. Estes vêm do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), do curso de Ciências Sociais, e também de outros cursos como a Física, a Matemática e a Educação Física. Todos estão interessados em descobrir o que aí se discute e, muitas vezes, querem orientar-se em temas de pesquisa que, envolvendo a Antropologia, envolvem também a Educação como objeto do olhar.

Uma trajetória em construção no campo da Pedagogia

O conteúdo até aqui apresentado consistiu em uma reflexão a respeito de uma experiência e sua particularidade num curto período de tempo. Como numa *bricolage*, experiências pessoais, processos gerais, realidades particulares, dificuldades e pensamentos colocam-se de modo a referir a própria experiência refletida. Propostas educacionais, programas, objetivos apresentam-se aqui com um caráter idiossincrático, o que equivale a dizer que resultam de minha experiência pessoal tal como foi vivida e percebida por mim, enquanto docente e pesquisadora. É fruto também desse caráter a opção norteadora entre temas e teorias, ainda que se busque de modo permanente o ajuste ao próprio desafio do diálogo entre campos diferentes e diversos – *a Antropologia e a Educação*. Da mesma forma, o conjunto dos pontos abordados e seu estilo dizem respeito à subjetividade que percorre os meus próprios interesses como pesquisadora e antropóloga.

A questão do aluno e as limitações em jogo enriquecem o cotidiano do ensino, conseguem resultados; porém, encontram-se restritas ao tempo de um semestre, seja na graduação, seja na pós-graduação. A sensação é a de que, ao alcançar um patamar a partir do qual se pode aprofundar o diálogo, ele já chegou ao seu final, para recomeçar noutra semestre da mesma

estaca zero, principalmente na graduação, quando as dificuldades de compreensão teórica e conceitual são maiores. Um único semestre revela-se muito limitado para enfrentar questões tão candentes quando se trata de interdisciplinaridade e, quando se fala uma “língua estranha”, e até então distante de um alunado acostumado a outros discursos e a outros referenciais. Mesmo assim, a continuidade parece dar-se no próprio processo do aluno, que já durante o semestre letivo começa a estabelecer pontes entre as disciplinas pedagógicas e a Antropologia que discute em sala de aula, que encontra nos textos. Certamente, foi aberta uma porta e, com ela, outras formas de olhar, com novas possibilidades de opção. Mas ainda é pouco. Será preciso muito mais.

Como, no entanto, garantir o avanço dessa empreitada, se novas mudanças se avizinham no espaço da FE/UNICAMP e também dos cursos de Pedagogia em geral? No caso da FE/UNICAMP, no segundo semestre de 1999, pela primeira vez na graduação da Pedagogia, a Antropologia foi oferecida como disciplina obrigatória e, desde então, tem sido oferecida com o nome de *Educação e Antropologia Cultural*, integrando um novo currículo da FE. O núcleo básico da proposta até então desenvolvida na disciplina eletiva foi mantido: introduzir o aluno na história da Antropologia e nas relações desse campo de saber com a Pedagogia e com os aspectos críticos aí envolvidos.

Na prática, o debate se abriu para uma multiplicidade de temas em torno de um eixo: a infância e a juventude. A partir dessa instância, a questão da diversidade étnica e cultural passou a refletir uma preocupação com a desnaturalização da infância, da juventude, com o campo político das diferenças em termos do conhecimento antropológico e da prática pedagógica. Discutir a infância e a juventude como realidade multicultural e a escola como espaço de interculturalidade coloca em questão a Antropologia e a Educação em termos das formas de compreensão teórica e prática da diversidade humana, e enquanto contexto político de ação e intervenção. A reflexão a respeito de práticas autoritárias e das lutas por cidadania, por sua vez, tem possibilitado o questionamento das

chamadas políticas de igualdade de natureza multicultural. Pode-se dizer que entre 2004 e 2005 a disciplina começou a mudar a sua face, e ainda não é possível avaliar o seu alcance e desdobramentos.

As dúvidas colocam-se, posto que, em 1999, concomitantemente com essa nova forma de trabalho e discussão, uma possível fragilidade instituiu-se no universo da FE – um gradual processo de mudança estrutural da Faculdade de Educação. A mudança aventava como possibilidade o fim dos departamentos e a substituição dos mesmos por Áreas Temáticas, organizadas em torno dos diversos grupos de pesquisa e de seus eixos de investigação, cuja estrutura deveria ser móvel. A resistência encontrada no interior da faculdade, a divisão entre professores, uns defensores da mudança e outros contra ela em nome da defesa da historicidade que constituiu, no caso específico da FE/ UNICAMP, os departamentos então existentes, acabou por gerar uma dupla estrutura. A manutenção dos departamentos e também das Áreas fez com que, até ao segundo semestre de 2005, pairasse sobre todos, qual um fantasma, a possibilidade de mudança e o fim da estrutura departamental.

Por que, então, o fato interno de organização da faculdade importava? A questão estava em perguntar o que iria acontecer com as disciplinas não propriamente pedagógicas e com o DECISAE, cuja estrutura departamental sempre foi vista como de natureza externa, ligada às Ciências Sociais, campo não iminentemente pedagógico.

Haveria espaço para ambos – disciplinas não pedagógicas e DECISAE – numa estrutura não departamental? Se voltarmos o olhar para as mudanças no sistema educativo nacional – LDB e PCNs. –, pode-se afirmar que sim. No entanto, a partir de onde seriam pensadas as disciplinas não pedagógicas, como o caso da Antropologia ou de outras que se alocam num departamento de Ciências Sociais?

O processo, com suas dúvidas, resolveu-se em parte, na medida em que se aprovou a permanência da estrutura departamental e se criaram novos departamentos, instalados neste segundo semestre de 2005. Apesar disso, a realidade ainda

não se mostra tranqüila. Nessa reorganização, o DECISAE reafirma o seu lugar – as Ciências Sociais – e busca superar o “aplicada” de seu nome, originando o DECISE – Departamento de Ciências Sociais na Educação. O fato não é de somenos importância. Encontra-se em movimento no âmbito da FE/UNICAMP um processo de re-departmentalização que enfatiza conteúdos temáticos mais do que áreas de conhecimento, de clara influência dos Estudos Culturais e da chamada pós-modernidade.

Se antes as mudanças em curso podiam significar uma hierarquização entre disciplinas, colocando as não pedagógicas como suporte das pedagógicas, visando destas apenas subsídios instrumentais que almejavam cumprir com a natureza dos conteúdos da lei maior – LDB e PCNs –, o perigo ainda persiste, em razão de temas de ordem prática e imediata na ação educativa que descaracterizam as áreas de conhecimento e que são tomadas como centrais naquilo que são os novos departamentos e seu campo disciplinar. O risco da indistinção entre departamentos e disciplinas torna significativo que se enfatize o campo de conhecimento que constitui os departamentos e que lhe dão especificidade para atuar na FE. Daí o DECISAE ter se transformado no DECISE – Departamento de Ciências Sociais na Educação.

Para as Ciências Sociais e suas áreas básicas – a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas – presentes na educação, o risco é a indistinção aparente entre seus temas e seus debates com os temas que agora emergem como preocupação de todos. Para a Antropologia, o risco será o de transformar-se efetivamente em Antropologia Cultural, com seu velho ranço acrítico e empiricista. Aqui, a compreensão dos colegas pedagogos, de modo geral, sobre o que é a Antropologia e qual o seu papel no interior de um curso de formação de professores torna-se preocupante. Em falas, comentários cotidianos, nas abordagens dos colegas – que, bem intencionados, procuram um diálogo ou indicam seus alunos para buscar subsídios na Antropologia ou junto ao professor responsável pela disciplina –, revela-se que essa é vista e compreendida tão somente como Estudos Culturais. Será preciso contar com muito discernimento

e, certamente, novas lutas internas, nas quais o diálogo entre áreas terá de ser uma condição fundamental e obrigatória, e em que a constituição histórica do campo disciplinar não pode ser esquecida.

A postura dos colegas da FE não acontece, no entanto, por acaso. A Reforma do Ensino que implantou a nova LDB colocou-os diante do desafio de ter que formar um profissional da educação cada vez mais familiarizado com a diversidade dos modos de construir e viver a vida numa sociedade que não é apenas plural, mas é também hierarquizada, marcada por contradições e conflitos. No entanto, segundo Valente (1998: 9), o texto da LDB é expressão das formas de agir e pensar da sociedade brasileira; nesta medida, em muitas de suas passagens “resvala numa armadilha ou deslize semântico que despolitiza” conceitos próprios do campo antropológico, posto que estes se encontram “desligado[s] da sua inerente problemática teórica”. Ao fazê-lo, negligencia-se ou minimiza-se o fato de que as realidades sociais são atravessadas por mecanismos de poder e de dominação. Os PCNs, mesmo admitindo as relações de desigualdades existentes em seu texto,

[...] limita-se a considerar que as produções culturais, constituídas e marcadas por essas relações de poder, envolvem o processo de reformulação e resistência. Desse modo, são suavizados os processos de dominação, de repressão, de homogeneização, sem os quais a reação não poderia ser compreendida. Ao longo do texto, o alerta para que essas relações referenciem toda a análise vai perdendo força, embalado pelo otimismo e pelo desejo de construção de uma sociedade mais justa, representando, no cenário mundial, *“uma esperança de superação de fronteiras e de construção da relação de confiança na humanidade”* (BRASIL, 1997: 3; 1998: 10).

Para a autora, mascaram-se “as relações de poder e de dominação entre grupos em contato, ficando impedida a percepção do caráter contraditório do processo de reconhecimento da diversidade cultural”, podendo conduzir

as propostas educativas a um paradoxo: o de reconhecer a diversidade, ao mesmo tempo em que sustenta a intolerância e o acirramento de atitudes discricionárias que venham a justificar um tratamento desigual àqueles que são diferentes (VALENTE, 1998: 10). Nesse sentido, resgatar a tradição teórica e prática da Antropologia e sua possível contribuição para a educação fazem todo o sentido, como faz sentido discutir a perspectiva dos Estudos Culturais e estabelecer possíveis aproximações e distanciamentos. Essa iniciativa já se encontra anunciada na disciplina *Educação e Antropologia Cultural*, na graduação e na pós-graduação, e vem sendo aprofundada; porém, tanto em uma como na outra, trata-se ainda de um diálogo inicial e solitário a exigir maiores trocas e um mergulho teórico que está por ser feito.

Por outro lado, penso que esse é um momento crucial para a própria Educação. Além das políticas educativas que reconhecem o caráter plural da sociedade brasileira, uma nova legislação deve alterar significativamente as práticas educacionais a médio prazo, na medida em que uma mudança de orientação na formação do futuro educador transforma o aluno das faculdades de educação em alunos dos chamados Institutos Superiores de Educação. Na voz de muitos, um “normal” superior. Caminha-se, portanto, dos impasses não resolvidos ou mal compreendidos para uma nova situação em que, talvez, o discurso técnico ganhe primazia na formação do educador, e nesse caso a pergunta que se impõe é: haveria lugar nessa nova estrutura para disciplinas não eminentemente pedagógicas? A Antropologia estaria entre elas?

Desses impasses e das perguntas feitas e não feitas, às quais só o tempo deverá fornecer as respostas, decorre um debate velado e pouco explícito quanto a um perfil a ser definido para o aluno de pedagogia que se pretende formar. No caso particular da FE/UNICAMP, significa ter de pensar o próprio perfil da faculdade e seu relacionamento com as transformações profundas que vem sofrendo a universidade brasileira. Em jogo, as possibilidades de confirmação do diálogo ou sua refutação; em jogo o alargamento ou não das conquistas obtidas pelo passado do DECISAE e agora DECISE, por sua postura e pela

curta experiência de que aqui se falou. Em jogo, a superação das questões fundamentais que nos separam – Antropólogos e Pedagogos – e a possibilidade de avanço de uma luta que, envolvendo a diversidade humana, nos põe a todos a necessidade de refletir sobre os caminhos de formação daqueles que educam no seio de uma sociedade que, sendo plural, deve também fazer-se mais crítica e mais democrática.

BIBLIOGRAFIA

CONSORTE, Josildeth G. “Culturalismo e educação nos anos 50: o desafio da diversidade”. *In: GUSMÃO, Neusa M. Mendes de (org.). Antropologia e Educação: interfaces do ensino e da pesquisa. Cadernos CEDES, ano XVII, 43, dezembro/97.*

DARNTON, Robert. “História e Antropologia”. Entrevista a Lilian M. Schwarcs. **Boletim da ABA**, n.26, setembro de 1996 (pp.7-11).

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *et alii. Educação e diferenciação sócio-cultural – Índios e negros. Cadernos CEDES, n.º 32, Campinas, SP: CEDES/Papirus, 1993.*

_____. (org.). **Antropologia e Educação: interfaces do ensino e da pesquisa. Cadernos CEDES, ano XVII, 43, dezembro/97.**

_____. “Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro”. Edição Especial - **Cadernos de Pesquisa**, n.107. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Campinas: Editores Associados. 1999 (pp. 41-78).

LOVISOLO, Hugo. “Antropologia e educação na sociedade complexa”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. n.65, vol.149, Brasília, jan/abr. 1984 (pp.56-69).

PEIRANO, Marisa. G. S. “Os antropólogos e suas linhagens”. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS*, n.16, jul. de 1999 (pp. 43-50).

PEREIRA, Angela M. Nunes Machado. **A sociedade das crianças A'uwe-xavante** – por uma antropologia da criança. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP (Antropologia), 1997.

SANTAMARIA, Enrique. “Do conhecimento de próprios e estranhos (disquisições sociológicas)”. *In*: LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (orgs.). **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (pp.47-66).

SERRES, Michel. “A conexão”. Entrevista a Marcelo Guimarães Lima. **MAIS!** Cad. 5 – Ciência, **Folha de S.Paulo**, domingo, 19 de setembro de 1999 (p. 11).

SANTOS, Boaventura Souza. “Para uma pedagogia do conflito”. *In*: SILVA, Luís Heron da *et alli*. (orgs.). **Novos Mapas Culturais – Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre, RS: Sulina, 1996.

SOUTA, Luís. **Multiculturalidade & Educação**. Porto: Profedições, 1997.

VALENTE, Ana Lúcia F. “Por uma antropologia de alcance universal”. *In*: GUSMÃO, Neusa M. Mendes (org.). **Antropologia e Educação: interfaces do ensino e da pesquisa**. Cadernos CEDES, n.43, ano XVII, dezembro/97 (pp.58-74).

_____. “Conhecimentos antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural”. 1998. Mimeo.

ZALUAR, Alba. “A aventura etnográfica: atravessando barreiras, driblando mentiras”. *In*: ADORNO, Sergio (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.